A PERMANÊNCIA DO FASCISMO ITALIANO: RESENHA DE PRIMEIRO ELES TOMARAM ROMA, DE DAVID BRODER

THE ENDURANCE OF ITALIAN FASCISM: A REVIEW OF PRIMEIRO ELES TOMARAM ROMA, BY DAVID BRODER

DOI: 10.5380/cg.v15i1.101815

Sergio Schargel[1]

Embora existam inúmeras publicações recentes sobre a ascensão da extrema direita global, a corrosão da democracia e os diferentes matizes de autoritarismo, populismo e nacionalismo, o mercado editorial brasileiro carecia de uma análise aprofundada sobre um país fundamental nesse processo: a Itália. Essa lacuna persiste, principalmente após a eleição de Giorgia Meloni e de seu Fratelli d'Italia em 2022. Contudo, no mesmo ano, a Autonomia Literária lançou um trabalho fulcral para entender o longo processo de desdemocratização italiano: Primeiro eles tomaram Roma: como a extrema direita conquistou a Itália após a Operação Mãos Limpas, de David Broder.

Essa lacuna torna-se ainda mais evidente quando consideramos o papel pioneiro da Itália na reconfiguração da extrema direita global. O país não apenas forneceu o primeiro grande exemplo de um governo populista de direita na Europa Ocidental do século XXI, com a ascensão de Silvio Berlusconi, como também se tornou um modelo para outras experiências autoritárias contemporâneas. A Operação Mãos Limpas, nos anos 1990, desmantelou o sistema político tradicional, criando o vácuo necessário para a emergência de novas forças, muitas das quais adotaram um discurso antissistema enquanto consolidavam uma estrutura autoritária. Esse processo não foi apenas um fenômeno local, mas um ensaio para dinâmicas que se repetiram em outros países, do Brasil aos Estados Unidos.

A megaoperação anticorrupção desencadeou, na Itália, uma onda de descrédito generalizado em relação à política institucional, fomentando um sentimento antipolítico que abriu espaço para o surgimento de alternativas tanto à esquerda quanto à direita. O problema, como observa Broder (2022, p. 35), é que essas novas forças frequentemente revelavam-se ainda menos

[1] É pesquisador de pós-doutorado na Letras/UERJ, Rio de Janeiro, Brasil. Doutor em Ciência Política pela UFF e Doutor em Comunicação pela UERJ. Venceu o Prêmio Abralic de melhor dissertação do biênio 2020-2021, que se transformou no livro "O fascismo infinito, no real e na ficção: como a literatura apresentou o fascismo nos últimos cem anos" (Bestiário, 2023). Também é autor de "Bolsonarismo, Integralismo e Fascismo: diálogos entre Jair Bolsonaro, Plínio Salgado e Mussolini" (Folhas de Relva, 2024). Sua pesquisa e produção artística são focadas na relação entre literatura e política, tangenciando temas como teoria política, literatura política, fascismo, extrema direita, judaísmo, antissemitismo e a obra de Sylvia Serafim. E-mail: sergioschargel@gmail.com; ORCID: 0000-0001-5392-693X.

comprometidas com os princípios democráticos do que os grupos que buscavam substituir. É nesse cenário que ganha protagonismo a figura de Berlusconi, cuja ascensão foi viabilizada por alianças estratégicas com setores da extrema direita, incluindo movimentos de inspiração (neo/pós) fascista e a Lega Nord.

A eleição de Giorgia Meloni em 2022, líder do Fratelli d'Italia, um partido com raízes no neofascismo italiano, trouxe nova urgência à discussão sobre o legado do Fascismo e a ascensão da extrema direita. A vitória de Meloni não apenas consolidou a presença da extrema direita no poder, mas também reacendeu debates sobre a normalização de ideologias autoritárias em contextos democráticos. Nesse sentido, o trabalho de Broder torna-se ainda mais relevante, pois oferece uma análise histórica e contextualizada que ajuda a entender como a Itália, país que já foi epicentro do Fascismo no século XX, voltou a abraçar uma liderança de extrema direita no século XXI. O livro serve como um alerta sobre os riscos de subestimar a resiliência de ideologias autoritárias e a fragilidade das instituições democráticas.O livro de Broder é essencial não apenas por lançar luz sobre a trajetória específica da Itália, mas também por permitir paralelos com outros contextos políticos. No Brasil, por exemplo, há ecos claros do fenômeno italiano, desde o uso de investigações judiciais como ferramentas de reconfiguração do sistema político até a ascensão de figuras que canalizam o ressentimento popular contra as instituições democráticas. A ascensão de Jair Bolsonaro pode ser lida sob a mesma lógica que permitiu o crescimento da direita italiana: um discurso antipolítico, a mobilização da frustração popular e a instrumentalização da crise institucional para legitimar um novo autoritarismo.

A reflexão proposta pelo autor toca em um ponto nodal da compreensão política comparada entre Brasil e Itália: a persistência de uma tradição autoritária enraizada em suas respectivas formações históricas. Em ambos os países, o autoritarismo não é uma anomalia, mas um traço recorrente, que atravessa regimes, partidos e conjunturas, atualizando-se conforme o tempo e o contexto. A ascensão de figuras como Jair Bolsonaro e Giorgia Meloni não pode, portanto, ser compreendida como episódios isolados ou como aberrações de uma democracia estável, mas como manifestações de uma genealogia autoritária que permanece ativa, mesmo sob os marcos da democracia formal.

Não é sem motivo que o Brasil tenha assistido à ascensão de Bolsonaro ou que a Itália lide com Meloni: os dois dialogam com antecessores que vão muito além da Ditadura Militar ou do Fascismo. Antes de Meloni, existiram Berlusconi, a Lega Nord e até Alessandra Mussolini, neta de Benito Mussolini, que chegou a disputar o segundo turno para a prefeitura de Nápoles em 1993 e ficou com 44% dos votos, perdendo por pouco. No Brasil, houve o Estado Novo e o Integralismo, por exemplo. O novo e o velho autoritarismo coexistem, dialogam, se contaminam — não surgem do vácuo.

Na Itália, essa tradição remonta não apenas ao fascismo clássico de Benito Mussolini, mas também a formas posteriores e menos explícitas de autoritarismo que continuaram a influenciar o

cenário político italiano. Silvio Berlusconi, por exemplo, com sua retórica populista, controle da mídia e uso personalista do poder, estabeleceu uma gramática autoritária que serviu de ponte entre o fascismo histórico e o contemporâneo. Sua figura, amplamente normalizada no sistema político italiano, preparou o terreno para a ascensão de lideranças mais explicitamente alinhadas à extrema direita, como Giorgia Meloni, cuja trajetória política se inicia justamente nas fileiras da juventude neofascista italiana.

Meloni seguiu à risca a cartilha de Berlusconi, não apenas em termos de estratégia eleitoral, mas também na forma de encenação da política e construção de sua imagem pública. A figura do 'salvador nacional', utilizada por ambos, não é uma inovação dentro do repertório populista autoritário, mas sua atualização ao contexto italiano do século XXI revela continuidades importantes com o passado. Ao se apresentar como a única capaz de restaurar a dignidade da Itália, Meloni apropria-se de uma retórica messiânica que evoca não apenas o nacionalismo, mas também um profundo ressentimento contra instituições políticas tradicionais, incluindo o Parlamento, a imprensa e até mesmo instâncias internacionais como a União Europeia.

Assim como seu antecessor, Ignazio La Russa, vendeu sua candidatura como uma necessidade de salvar o país das hordas comunistas, como messias capaz de retomar a grandeza, como uma filha "da Itália que havia entrado a contragosto na vida pública", oprimida pela apatia liberal e pela torpeza comunista. Tanto Meloni quanto Berlusconi colocaram-se como antipolíticos, outsiders capazes de retornar o poder ao povo contra as elites — a despeito, respectivamente, da experiência política e de ser um bilionário.

É preciso também abrir uma digressão sobre o Movimento Sociale Italiano (MSI) ao se abordar a trajetória da extrema direita na Itália contemporânea, especialmente por sua longevidade institucional, resistindo por cerca de meio século até sua dissolução formal em 1995. Fundado em 1946, apenas um ano após o fim da Segunda Guerra, o MSI emerge como um dos primeiros movimentos pós-fascistas significativos da Europa, criado por veteranos de guerra e antigos membros do regime mussoliniano "que ambicionavam reabilitar o legado do *Duce* numa altura em que a sua ideologia era quase universalmente condenada" (MARTINS, 2023, p. 65). Diferente da Alemanha, onde movimentos nazistas após 1945 foram marginais e secundários, o MSI chegou a ser o quarto maior partido italiano durante a década de 1970 e alcançou 9% em eleições nacionais (BRODER, 2022, p. 38).

Diferente de contrapartes e outros movimentos, o partido se assumia oficialmente como descendente do legado do Fascismo, não fazendo qualquer esforço para esconder sua trajetória (como é feito por Meloni, por exemplo). Na prática, o MSI, principalmente quando começou a se aproximar do século XXI, trazia a mesma essência do Fratelli d'Italia, sintetizada na frase de seu líder em 1987, Gianfranco Fini, afirmando ser um "fascista para os anos 2000" (BRODER, 2022, p. 38). A ideia é a mesma do Fratelli, embora o partido de Meloni, ao menos atualmente, não formule o legado fascista de forma tão escancarada.

A longevidade do Movimento Social Italiano (MSI), como aponta Martins (2023, p. 65), permitiu que o partido deixasse de ser um corpo estranho no sistema político e se transformasse, progressivamente, em uma força incorporada ao jogo institucional da Itália republicana. Essa permanência prolongada produziu uma dupla consequência: ao mesmo tempo que forçou o MSI a moderar certos aspectos mais radicais de sua retórica, em busca de institucionalidade, também normalizou, em larga medida, a presença de ideias e práticas políticas de inspiração fascista no espaço público italiano.

Entre o caso italiano e o contexto brasileiro, revelam-se paralelos que vão além das coincidências superficiais e apontam para uma genealogia ideológica comum. A persistência de elementos fascistas no tecido institucional, como demonstrado pela trajetória do MSI, ecoa em dinâmicas recentes observadas no Brasil. A obra *Bolsonarismo, Integralismo e Fascismo: Diálogos entre Jair Bolsonaro, Plínio Salgado e Benito Mussolini* (SCHARGEL, 2024) aprofunda essa comparação ao evidenciar as ressonâncias discursivas e simbólicas entre o bolsonarismo e os movimentos autoritários do século XX e realiza mais do que uma ponte com o livro de Broder, mas um complemento, pois mostra os processos de continuidade e o diálogo da extrema direita em perspectiva internacional, da Itália ao Brasil.

Em síntese, Primeiro eles tomaram Roma é uma contribuição essencial para o debate sobre a crise democrática global, preenchendo uma lacuna importante no mercado editorial brasileiro e oferecendo uma análise profunda e contextualizada sobre a ascensão da extrema direita na Itália. A obra de David Broder não apenas ilumina as raízes históricas e políticas desse fenômeno, mas também fornece ferramentas conceituais e analíticas para compreender desafios semelhantes em outros contextos, incluindo o Brasil. Em um momento em que a democracia enfrenta ameaças crescentes em diversas partes do mundo, o estudo do caso italiano torna-se indispensável para refletir sobre os caminhos e descaminhos das sociedades contemporâneas.

REFERÊNCIAS

BRODER, David. **Primeiro eles tomaram Roma**. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.

MARTINS, Carlos. **Os perigos da direita radical**: Bolsonaro, Ventura e não só!. Porto: Desassossego, 2023.

SCHARGEL, Sergio. **Bolsonarismo, Integralismo e Fascismo**: diálogos entre Jair Bolsonaro, Plínio Salgado e Mussolini. São Paulo: Folhas de Relva, 2024.